

Economia

ANISTIA

Nesta página, o preço da anistia para as dívidas de micro e pequenos empresários. Na 7, o reajuste das aposentadorias. A nova tabela do Imposto de Renda da fonte, na página 8. E, na 9, Bolsa e Confira seu Dinheiro Hoje.

Sarney manda cortar verbas

A resposta do governo à aprovação da anistia parcial de dívidas dos micro e pequenos empresários pela Constituinte prosseguiu ontem com a suspensão dos programas orçamentários destinados às pequenas e médias empresas. Antes de embarcar para a China, o presidente José Sarney determinou ao ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, a adoção da medida, que se somou à recomendação feita ao ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, já na quarta-feira à noite, no sentido de bloquear as operações de custeio e investimento, durante este mês, para o setor agrícola.

Ao fazer uma escala técnica em Manaus, o presidente Sarney relativizou, porém, a amplitude das restrições para o setor agrícola. Negou que o governo esteja disposto a cortar esses créditos para recompor o orçamento da União afetado pela anistia. "Não vamos cortar crédito. Vamos sim tornar o País governável, sem a necessidade de criarmos mais problemas para a Nação. Não queremos tornar o Brasil ingovernável", disse.

De manhã, porém, ao comentar sua decisão em entrevista à imprensa, o presidente foi enfático. afirmou que sua intenção, com o bloqueio à concessão de créditos, é salvar o orçamento fiscal, para que não ocorra uma hiperinflação ou problemas ainda maiores para o Brasil. "Se não tomarmos essas medidas evidentemente vamos cair no descontrole, na ingovernabilidade. E isso é que temos que evitar." Sarney disse que suspendeu os programas orçamentários para pequenas e médias empresas por prazo indeterminado, argumentando que não poderia fazer liberações enquanto não soubesse qual será o custo da anistia para o Tesouro.

No final da entrevista, em que pretendia falar apenas sobre sua viagem à China, Sarney, mesmo recusando-se a considerar a perspectiva de recessão no País, disse que tomará todas as medidas necessárias, com o maior rigor, para manter a linha de con-

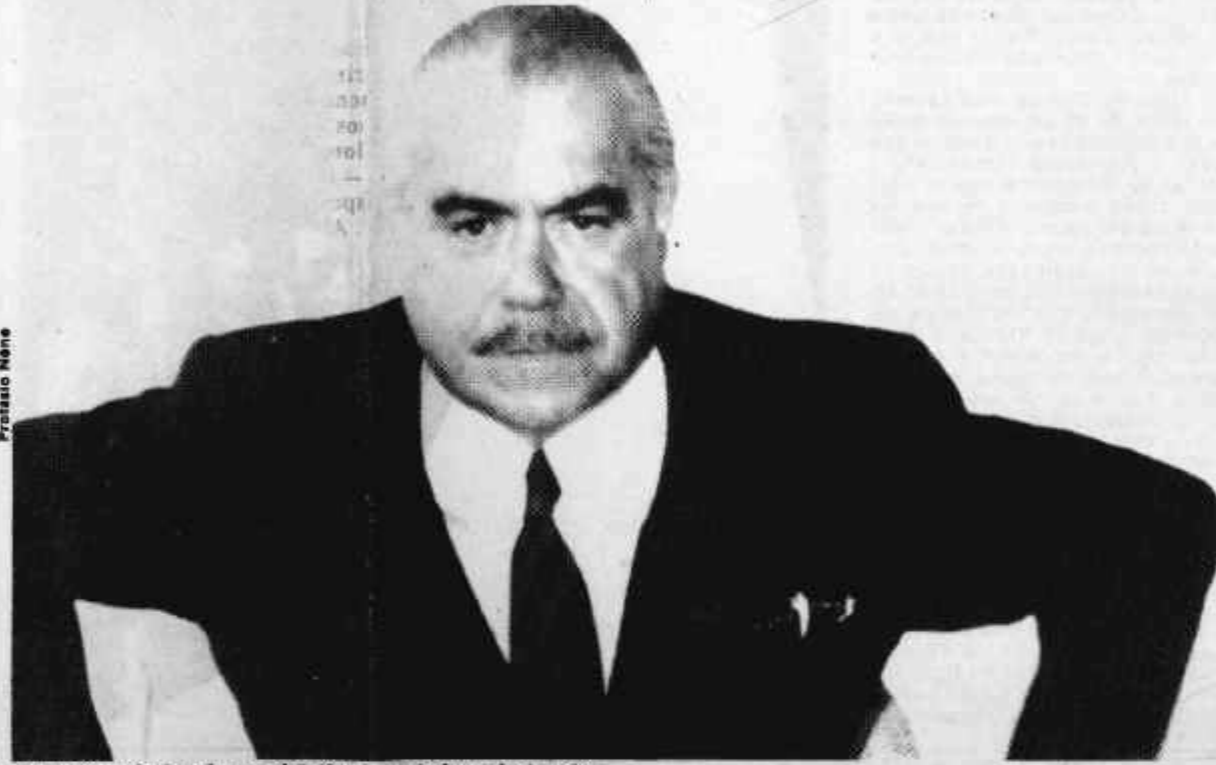
tenção do déficit público. Depois de criticar a Constituinte, que segundo ele não teve uma visão mais profunda dos problemas do País, acrescentou que terá de tomar providências duras para que os problemas econômicos não terminem desembocando em problemas institucionais. Em seguida, afirmou que o governo vai verificar o volume de gastos que a anistia implicará, ver o que pode ser controlado no orçamento monetário e advertiu: "Isso vai importar em um sacrifício gigantesco para o povo brasileiro".

Sarney começou a falar sobre o assunto dizendo que achava extremamente preocupante a anistia. A decisão da Constituinte, disse, pode colocar em risco todo o programa fiscal, que está sendo executado com sacrifício.

Outras restrições

Segundo a mesma linha da entrevista do presidente Sarney, o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, disse que algum "arranjo" terá que ser feito nos gastos governamentais para atender à decisão da Constituinte. E acrescentou que não está descartada a hipótese de algum recurso do lado da Receita Federal, ou seja, aumento de impostos. "Sair carne e osso, isso é péssimo para o povo", disse o ministro ao comentar a anistia.

Apesar da disposição do governo, o ministro da Agricultura, Iris Rezende, investiu ontem contra o bloqueio do custeio e investimento para o setor agrícola. Para ele, nos termos da decisão da Constituinte, o benefício do perdão de dívidas restringiu-se a produtores rurais cujas propriedades não passem de cinco módulos. Assim, a anistia "não terá o impacto financeiro anteriormente previsto", disse o ministro, fundamentando sua discordância com a restrição do crédito. "Se o Ministério da Fazenda restringir recursos, naturalmente o fará no comércio e na indústria, que foram as áreas mais beneficiadas pela anistia", sugeriu Iris Rezende.



Sarney: enérgico de manhã (foto), mais brando à noite.

A conta de cada um: Cz\$ 22 mil.

É quanto o Leão deverá morder de cada contribuinte, para pagar a anistia.

Os contribuintes do Imposto de Renda que se cuidem. Se o governo decidir transferir-lhes o custo da anistia dada aos micro, pequenos e médios empresários, estimado em Cz\$ 188 bilhões, cada um sofrerá uma mordida extra do Leão com um peso equivalente a Cz\$ 22.118,00. Para chegar a este valor, a tributarista Nicole Berger, da Coopers & Lybrand, realizou uma simples operação matemática, dividindo o total do calote pelo número estimado de contribuintes (8,5 milhões). A grande incógnita, porém, é qual a regra que a Receita vai aplicar para configurar mais essa parcela do salário-

pretação corrente é de que, a partir da promulgação da nova Constituição, o governo terá muita dificuldade para aumentar impostos. A mesma fonte também disse não acreditar na hipótese de o calote vir a ser pago. Como se trata, em grande parte, de dívidas contraídas com instituições financeiras oficiais, vai figurar como mais um rombo no balanço dessas empresas, contribuindo para aumentar o déficit público.

A história da tributação no Brasil, segundo o tributarista Carlos Uchôa da Veiga, reforça as palavras do informante da Receita Federal: "Desde a gestão de Delfim Neto, no governo Médici, toda vez que o governo precisou de dinheiro ou colocava a máquina para funcionar ou tirava do contribuinte, de qualquer forma. O leque de alternativas é muito grande, considerando a maneira que o governo vem agindo. Por isso eu acho que tudo pode acontecer, inclusive o aumento de outros impostos, como o IPI, por exemplo". O mais grave, segundo Nicole

Borger, é que a anistia abre uma série de precedentes que podem aumentar ainda mais o rombo nas finanças do governo. Além dos microempresários, diz ela, qualquer pessoa que se julgar lesada pelo Plano Cruzado poderá recorrer à Justiça, arguindo o princípio constitucional da igualdade, e requerer o mesmo tratamento. Quem já pagou suas dívidas pode proceder da mesma forma. E tudo isso tem fundamento, segundo o jurista Ives Gandra Martins.

Foi aprovado pelos constituintes, explica Gandra, que os microempresários que já saldaram suas contas não podem ser beneficiados pela anistia. Este seria um princípio menor diante do maior, o artigo 6º parágrafo 1º, que estabelece que "todos são iguais perante a lei". Nada, afirma Gandra, é maior do que o princípio da igualdade. Apesar de ser uma sustentação polêmica, diz ele, a Justiça pode interpretar dessa forma e dar ganho de causa aos microempresários que ficaram fora do calote.

"Nunca existiu, a priori, uma regra para elevar impostos no Brasil. Sempre que o governo sentiu necessidade de dinheiro, estabelecia-se uma meta, e os artifícios par atingi-la, em termos de receita, ficavam por conta da Receita Federal." A explicação veio de Brasília, ontem, mais precisamente da Coordenação do Sistema de Arrecadação, onde a inter-

ros e despesas judiciais sobre um total de Cz\$ 440 bilhões, em processo de cobrança administrativa. Outros Cz\$ 880 bilhões não foram atingidos pela anistia, porque se referem a empresas que deixaram de recolher IR na fonte de seus funcionários e IPI. A sonegação destes dois tributos configura crime de apropriação indébita e sujeita os responsáveis a prisão administrativa e indisponibilidade de bens.

A anistia não atinge o principal da dívida nem a correção monetária. Elimina multas, juros de mora e custas processuais, quando o débito está em cobrança judicial. O perdão representa entre 30 e 35% do valor da dívida.

O coordenador de Arrecadação da Receita Federal, João Go-

ria um princípio menor diante do maior, o artigo 6º parágrafo 1º, que estabelece que "todos são iguais perante a lei". Nada, afirma Gandra, é maior do que o princípio da igualdade. Apesar de ser uma sustentação polêmica, diz ele, a Justiça pode interpretar dessa forma e dar ganho de causa aos microempresários que ficaram fora do calote.

Os constituintes não estão excluídos da anistia tributária. Foram beneficiados dois senadores que estão com débitos na Receita Federal e na Procuradoria da Fazenda: Olavo Pires (PMDB-RO) e Carlos Alberto de Carli (PMDB-AM).

Pires deve Cz\$ 26 milhões de IR omitido na declaração de 1983. De Carli deve Cz\$ 780 milhões, pelos mesmos motivos relativos a 1981, e outros Cz\$ 450 milhões referentes à declaração de 1982, já em processo de cobrança judicial.

Outra anistia, mais um rombo.

O perdão às multas e juros sobre débitos fiscais vai custar Cz\$ 145 bilhões

Os cofres da União sofrerão um rombo de Cz\$ 145 bilhões, com a anistia de multas e juros sobre débitos tributários, aprovada recentemente pela Constituinte. Essa quantia representa mais da metade do que o governo economizou com o congelamento da URJ nas estatais e tudo o que pretende arrecadar com o Trileão. A informação foi divulgada ontem pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda, com base em cálculos iniciais.

A emenda aprovada pela Constituinte não anistia débitos que tenham como causa ações definidas como crime em lei, mas beneficia quase todo tipo de dívidas tributárias de pessoas e empresas, contraídas até 31 de dezembro de 1987.

Estão perdoados multas, ju-

automaticamente o débito passa a ser considerado como despesa.

E, analisando os balanços dos bancos, referente a 1987, pode-se perceber que a maioria conseguiu superar a inadimplência com um saldo bastante positivo.

O Banco Itaú, por exemplo, lançou como prejuízo Cz\$ 9 bilhões, teve lucro líquido de, aproximadamente, Cz\$ 9 bilhões (15,1% do patrimônio líquido) e provisionou Cz\$ 7,6 bilhões para devedores duvidosos. Já o Bradesco fez uma provisão, durante o ano, de Cz\$ 17 bilhões, fechou com Cz\$ 4 bilhões e encerrou 87 com lucro líquido de Cz\$ 15,275 bilhões.

O Banespa não divulgou seus dados com muita clareza. Em vez

de provisão para devedores duvidosos, declarou Cz\$ 8,386 bilhões como provisionamento e ajustes de patrimônio, mas apropriou como perda no ano Cz\$ 1,554 bilhão. O lucro líquido chegou a Cz\$ 11,164 bilhões.

Seu balanço trazia a declaração de que o montante provisionado havia sido suficiente para absorver perdas na realização dos créditos, estimadas com base em análise das operações de crédito em aberto e dos riscos específicos em cada carteira.

O Banco do Brasil encerrou o ano com lucro líquido de Cz\$ 42,717 bilhões, provisão para devedores duvidosos de Cz\$ 13,076 bilhões e créditos em liquidação de Cz\$ 7,473 bilhões.

Bancos: prejuízos absorvidos.

Desde 87, as dívidas atrasadas estão cobertas por recursos extras.

Obrigatoriamente, os débitos contraídos pelos pequenos e microempresários durante o Cruzado e não quitados, já tiveram de ser considerados como perda pelos bancos. E todos os que encerraram 1987 com lucro já absorveram essa perda. A constatação é do analista de balanços e professor da FEA-USP, Dante Matrazzo.

Segundo ele, quando um empréstimo não é pago até 60 dias após o vencimento, passa a ser considerado como crédito em liquidação. Ou seja, o banco começa a considerar a possibilidade de não receber mais esse dinheiro e faz uma provisão para devedores duvidosos. Se o atraso continuar por mais 180 dias, totalizando 240,

ensinasse uma lição que já vínhamos praticando. Desde o Plano Cruzado, os bancos vêm analisando caso a caso milhares de débitos contraídos por micro e pequenas empresas e acertando a situação de todas aquelas que nos procuraram, inclusive em detrimento de nossos interesses."

Diniz acha possível uma "grita" geral dos contribuintes contra o eventual aumento de impostos para cobrir os prejuízos do governo com a anistia. "Acredito até que o ministro Mailson da Nóbrega gostaria muito se houvesse essa grita", enfatizou. Por outro lado, explicou, a medida abre precedentes muito perigosos, como reintrodução de multas por parte dos micro e pequenos empresários que já liquidaram suas dívidas com correção monetária ou até por pessoas físicas.

"Final, ela conseguiu, de uma penada, agredir frontalmente os três princípios consagrados em qualquer nação: o princípio jurídico, porque invalida contratos firmados; o moral, porque introduz privilégios legais apenas para alguns; e o econômico, pelo modo esdrúxulo com que esse assunto invadiu a Constituinte", ponderou o presidente da Febraban, lembrando que a entidade continua examinando todas as possibilidades de anular a anistia.

Esses cortes não assustam

O corte do crédito para o custeio e investimento no setor rural e a suspensão do apoio financeiro às pequenas e médias empresas não deverão ter tantas consequências quanto se parece à primeira vista, segundo líderes empresariais de ambos os setores. Seja porque alguns não acreditam que as medidas venham realmente a se efetivar, seja porque elas não alterariam significativamente a situação atual.

Roberto Della Manna, presidente do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de São Paulo (Ceag-SP), diz que as linhas especiais de financiamento só são elevadas no papel. Boa parte dos pequenos empresários, afirma, jamais teve acesso a crédito subsidiado. Mas ele ressalva que a medida penaliza todo um segmento, por culpa de alguns "que não cumpriram suas obrigações". Sua opinião: se alguém tem de sofrer restrição de crédito, são "os que vão se beneficiar da anistia que a Constituinte concedeu".

Crítica da anistia — "foi um populismo exagerado" — Della Manna sustenta que a maioria das pequenas e médias empresas dos setores industrial e comercial sempre cumpriu suas obrigações creditícias e fiscais.

Alysson Paulinelli, ex-ministro da Agricultura e presidente da Confederação Nacional da Agricultura, tem "certeza" de que o corte para o setor rural não vai efetivar-se na prática. Segundo ele, a medida foi anunciada somente para o governo ter tempo de fazer um levantamento da repercussão da emenda aprovada pela Constituinte. Mas, em todo o caso, se Brasília realmente levar adiante a medida, Paulinelli diz que haverá briga.

Outros, como Plínio Junqueira, produtor rural e pecuarista de Presidente Prudente, não estão otimistas como Paulinelli. "Eu acredito em uma redução de 35% a 40% da produção", avalia Junqueira.

A reação da Febraban: "Insensatez coletiva".

"Não se explica como uma Assembleia Nacional Constituinte composta por mais de 500 parlamentares pode ter uma noite de insensatez coletiva e aprovar uma aberração dessas", reagiu ontem o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Antônio de Pádua Rocha Diniz. Considerando demagógica a emenda que anistia da correção monetária as dívidas de micro e pequenos empresários durante o Plano Cruzado, Diniz acusou um "duro golpe" contra os bancos, mas lembrou que a medida desarticula mesmo é a "vida do governo".

De qualquer modo, acrescentou, o rombo nas finanças públicas será compensado com um aumento da carga tributária. "Mas os bancos só têm suas operações como fonte de receita para cobrir o prejuízo." A Febraban ainda não conhece o saldo total das dívidas das micro e pequenas empresas — para isso, enviou um questionário a cada banco comercial e espera ter, em poucos dias, os números detalhados.

Um complicador para chegar aos valores exatos, segundo Diniz, está no fato de a anistia aprovada anteceder "criar muitas condições casuísticas para que os devedores façam jus ao benefício". Isso significa, acrescentou o presidente da Febraban, que terá de haver uma análise caso a caso. "Mas não precisaríamos de uma lei que nos

Uma decisão demagógica, populista e irresponsável.

Algumas opiniões sobre a anistia das dívidas: Hélio Guairos, governador do Paraná: "O limite da anistia fiscal é muito elevado. Ao tempo do Plano Cruzado, Cz\$ 6,6 milhões era muito dinheiro".

Ronaldo Costa Couto, ministro-chefe do Gabinete Civil: "O governo está avaliando o tamanho da conta. O governo por si mesmo nada paga. O governo subtrai recursos da sociedade para fazer os seus pagamentos".

Lúcio César Pires, presidente da Federação dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: "Com essa atitude, o Congresso quis mais uma vez socializar o prejuízo neste país, jogando o ônus para a já combalida população brasileira, que vive na miséria e com os salários arrojados de forma violenta por essa política econômica".

Pedro Cascaes Filho, líder nacional do movimento dos micro e pequenos empresários: "Muito embora o governo, os banqueiros e a esquerda radical tenham torpedeado violentamente o texto inicial, a nossa vitória foi estrondosa".

Sérgio Bernardes Carvalho, presidente em exercício da Associação Gaúcha das Pequenas e Microempresas: "As dívidas precisam ser pagas agora, porque os bancos estão executando os devedores, mas a regulamentação final da anistia só vai ocorrer no ano que vem".

Sérgio de Medeiros, microempresário de São Bernardo do Campo: "O governo é responsável por esse resultado. Se tivesse encarado de frente o problema quando nós o denunciávamos, no final do Plano Cruzado, ao invés de fechar os olhos e esconder a cabeça, não estaríamos passando por isso".

Fernando Levy, delegado regional da Cisp em Diadema: "Uma decisão demagógica, populista e irresponsável".

Pedro Simon, governador do Rio Grande do Sul: "A anistia é muito mais uma matéria para estudo de lei ordinária do que constitucional".

Deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara Federal: "Não há possibilidade de se suprimir, durante a votação no segundo turno da Constituinte, a emenda que anistia as dívidas de pequenos e microempresários".

Mário Lana, chefe do Departamento Econômico da Federação do Comércio de Minas Gerais: "A dívida dos pequenos empresários será repassada ao povo, na forma de impostos e maior inflação".

Ricardo Costa, empresário mineiro beneficiado pela anistia: "O ministro Mailson da Nóbrega está jogando o povo brasileiro contra os pequenos empresários, ao afirmar que a anistia irá aumentar o déficit público".

Júlio dos Santos, microempresário de Santos: "Esta anistia veio tarde, quando pouca coisa pode ser feita para remediar a situação de muita gente que está sofrendo até hoje os efeitos nocivos de um mau passo do governo com o Plano Cruzado".

Carlos Lamberti, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Santos: "Interessante é que o governo não chamou a atenção da opinião pública para indagar se deveria socorrer ou não com dinheiro dos cofres públicos grandes empresas inteiramente falidas, como é do conhecimento de todos".

Miguel Arraes, governador de Pernambuco: "A anistia deveria ser regida por normas e critérios claros, porque uma decisão de caráter muito geral pode prejudicar aqueles que pagaram suas contas".

Osvaldo Flor, administrador-geral da Associação de Micro e Pequena Empresa do Paraná: "O risco agora é o governo usar a anistia como bode expiatório da inflação que se avizinha".